Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

FACEBOOK.COM/ADUFOP
@ADUFOP
ADUFOP.ORG.BR

LOCAL

8 de março: Greve Internacional das Mulheres em Ouro Preto

A ADUFOP está unindo-se a outras entidades, movimentos sociais, coletivos e ouropretanas para a construção da Greve Internacional das Mulheres amanhã, 8 de Março. A concentração terá início às 16h30 na Praça Tiradentes em Ouro Preto. A resistência feminina se levanta não só contra a opressão machista. As principais reivindicações pontuadas neste ano são: **BASTA DE FEMINICÍDIO! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA! POR UM NOVO MODELO DE MINERAÇÃO!**

O Dia Internacional de Luta pelos Direitos das Mulheres, comemorado em 8 de março, é um marco para a história de todas mulheres ao redor do mundo. Neste dia as mulheres da região param para denunciar as diversas formas de opressão que as atingem enquanto classe trabalhadora composta por mães, camponesas, estudantes, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, trans e atingidas pela mineração. Elas representam mais da metade da população e cerca de 70% que vive em situação de pobreza no mundo. São elas também que ocupam os postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados.

O percurso será da Praça Tiradentes até a Prefeitura de Ouro Preto, passando pela Rua Direita, Praça Reinaldo Alves de Brito, Rua São José, Rua Randolpho Bretas, Praça Américo Lopes e Rua do Pilar.

Venha participar com a ADUFOP dessa mobilização.

NACIONAL

Reforma da Previdência: o perverso sistema de capitalização

Um dos aspectos mais perversos da proposta da Reforma da Previdência, apresentada pelo governo Bolsonaro, é a instituição do sistema de capitalização. Com ele, cada trabalhador entregará parte de seu salário a um fundo de investimento privado, não havendo garantia de recebimento de aposentadoria no futuro.

No regime atual, os trabalhadores que estão na ativa contribuem para manter os benefícios daqueles que já se aposentaram. Além da contribuição dos trabalhadores, a Previdência Social também recebe recursos das contribuições patronais e de alguns tributos. Caso a PEC seja aprovada, a previdência pública, universal e por repartição, como existe atualmente, será destruída.

O modelo atual exerce um importante papel na proteção social. A Previdência Social atende aos trabalhadores em idade avançada, aos adoecidos e acidentados no e pelo trabalho, além de dar alguma segurança a idosos em condição de miserabilidade, entre outros. Não é para menos que os recursos distribuídos pela Previdência Social ocupam a segunda maior fatia do orçamento federal. Em 2018, foram 24,48%, de um orçamento de R$ 2,62 trilhões.

Na distribuição de recursos do Orçamento Público da Federal, a Previdência Social só fica atrás do pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública, que em 2018 consumiu 40,66%. Os dados são da Auditoria Cidadã da Dívida. "Ao observar a execução orçamentária da União, podemos perceber que há uma disputa pelo fundo público", argumenta o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves.

Ele pontua que a Previdência Social é responsável por manter milhares de trabalhadores em todo o país, "ao passo que a maior fatia do orçamento vai para o pagamento dos juros e das amortizações, o que é chamado de Sistema da Dívida", explica.

Segundo Antonio, estamos num momento de análise da PEC. "Mas já é possível perceber que a intenção do governo é entregar ao mercado financeiro a segunda maior fatia do orçamento da União", diz. A mensagem anexa à PEC, escrita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dá o tom. Criticando o atual sistema de repartição como uma "poupança forçada", ele defende que os recursos sejam disponibilizados para o mercado financeiro.

O regime de capitalização não será instituído imediatamente caso a PEC seja aprovada. O governo se utilizou de uma manobra para facilitar a aprovação da mudança do regime. Incluiu algumas menções à capitalização na PEC, assinalando que pretende aprová-la por meio de lei complementar, cuja aprovação exige apenas maioria absoluta.

O presidente do ANDES-SN critica a tentativa do governo de acabar com a previdência pública. "Defendemos a previdência pública, universal e por repartição. É um sistema solidário que beneficia todos os trabalhadores. O sistema de capitalização individual acaba com a solidariedade de classe e aposta as aposentadorias dos brasileiros na loteria do mercado financeiro", comenta o docente.

Antonio lembra que muitos servidores públicos já sofrem com essas incertezas devido aos planos de previdência complementar. Um exemplo é o Funpresp, fundo de pensão complementar dos servidores públicos federais dos Três Poderes que possui contribuição definida, sem benefício definido.

A resposta do Sindicato Nacional à PEC de Bolsonaro será a luta. Antonio Gonçalves ressalta que apenas com muita unidade e mobilização a classe trabalhadora será capaz de defender a previdência pública. O docente cita dois focos de ação do ANDES-SN: o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas e a atuação no conjunto das centrais sindicais.

O ANDES-SN participou do lançamento do Fórum no dia 19 de fevereiro em São Paulo. E, por meio da CSP-Conlutas, também atuou na Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora no dia 20 d de fevereiro. Seguindo deliberação do 38º Congresso do Sindicato Nacional, realizado no início do ano em Belém (PA), o ANDES-SN defende entre as centrais sindicais a necessidade de construção de uma Greve Geral para barrar os ataques.

Fonte: ANDES-SN

Entidades sindicais dão recado: vai começar a luta para barrar a Reforma da Previdência - ANDES-SN

NACIONAL

Medida Provisória do governo Bolsonaro ameaça sindicatos

No dia 01 de março, no início do carnaval, o presidente Jair Bolsonaro, em mais um ato monocrático, sem dialogar com as entidades de classe do funcionalismo público e demais entidades sindicais, edita uma medida provisória alterando as regras para a arrecadação da sindicalização voluntária dos/as trabalhadores/as sindicalizados/as.

A MP 873/2019, em todo o seu conjunto, representa um ataque à classe trabalhadora, por ferir a Constituição Federal, por atacar a autonomia das entidades sindicais e a livre escolha dos/as trabalhadores/as sindicalizados/as. Com essa MP o governo coloca fim à arrecadação em folha da mensalidade sindical, exige autorização prévia por escrito e pagamento via boleto que deve ser enviada para a residência do/a filiado/a.

Sabemos que o objetivo desse governo de extrema direita é enfraquecer as entidades de classe e favorecer bancos. Seu objetivo é nos enfraquecer para tentar aprovar a contrarreforma da previdência, mas vamos lutar e resistir!

Todas as medidas possíveis já estão sendo estudadas pela assessoria jurídica das entidades do funcionalismo público. Vamos lutar para barra essa MP!

Confira a nota técnica preliminar da assessoria jurídica do ANDES-SN no site da ADUFOP. Segue nota técnica preliminar da assessoria jurídica do ANDES-SN.

Fonte: ANDES-SN

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS

Adufop ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

EXPEDIENTE
Diretoria Gestão 2018-2020

Presidente: André Mayer
Vice-Presidente: Rodrigo Martoni
1ª Secretária: Cristina Maia
2ª Secretária: Amanda Nascimento
1ª Tesoureira: Kathiuça Bertollo
2º Tesoureiro: Joaquim Toledo

Tel: (31) 3551-5247 | adufop.comunicacao@gmail.com
R. Antônio José Ramos, 65 - Bauxita, Ouro Preto - MG

Jornalista: Larissa Lana - MTB 0021187/MG